



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N. 0156066/CJF

1. OBJETO

1.1. Aquisição de 05 licenças profissionais da solução de videoconferência ZOOM meeting e 01 licença ZOOM meeting Reunião Grande para até 500 participantes, com garantia de 12 (doze) meses, com suporte técnico remoto para atendimento as necessidades do Conselho da Justiça Federal - CJF, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.
1	Licença ZOOM meeting Profissional para até 100 participantes	Licença	05
2	Licença ZOOM meeting Reunião Grande para até 500 participantes (Add on) da licença profissional	Licença	01

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. **Lei 8.666/1993**, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2.2. **Lei 10.520/2002**, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

2.3. **Decreto n. 3.555/2000**, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

2.4. **Decreto n. 8.186/2014**, que estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.5. **Decreto nº 10.024/2019**, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

2.6. **Resolução n. 279/2013-CJF**, que dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Em razão da pandemia do Covid19, que teve início no Brasil em 26 de fevereiro do corrente ano e se agravou na segunda quinzena do mês de março, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) tem priorizado o ensino a distância e a modalidade telepresencial como meio de promover as ações educacionais, com vistas a dar cumprimento aos deveres legais e a alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos.

3.2. Ao CEJ/CJF, nos termos do art. 8º, II da Lei n. 11.798/2008, compete, dentre outros: o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, em articulação com as escolas de magistratura dos

Tribunais Regionais Federais, segundo normas a serem editadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

3.3. Dentre as ações realizadas, sempre se destacaram as Jornadas de Direito, que buscam delinear posições interpretativas sobre as normas vigentes, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir do debate entre especialistas e professores, com a produção de enunciados a serem publicados e divulgados no meio jurídico. Sobressaem-se, também, o Workshop “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais”, realizado em conjunto com a Turma Nacional de Uniformização, e o Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal.

3.4. Nesse contexto e diante do cenário atual e da impossibilidade de previsão de retorno das atividades presenciais, a Secretaria do CEJ foi instada a elaborar, para o ano de 2020 e para o início de 2021, planejamento que possibilite a realização das ações educacionais e dos eventos de forma virtual. Dentre as ações já programadas, destacam-se:

3.4.1 Workshop Sistema Penitenciário Federal: 11 e 12 de novembro;

3.4.2 Workshop Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais: 03 e 04 de dezembro;

3.4.3 I Jornada de Direito Tributário: a definir;

3.4.4 Seminário Reforma Previdenciária e sua regulamentação: a definir.

3.5. Como se vê, para a concretização do referido planejamento, faz-se necessária a utilização de licenças de aplicativo de fácil manuseio. A ferramenta precisa ser acessível tanto interna como externamente e permitir que a discussão se dê de forma compatível com as presenciais. Nessa linha, a indicação da ferramenta Zoom decorre da observação já realizada pela equipe do CEJ, em comparação àquelas existentes no mercado, quanto à: (a) simplicidade de manuseio, tanto pelos usuários como pelo administrador da reunião; (b) facilidade na administração das Salas, no que toca à identificação dos participantes (visualização de todos), à possibilidade de habilitar uma sala de espera, à gravação, às funcionalidades de ativar/desativar o som dos participantes, dentre outros; (c) integração entre os participantes, uma vez que possibilita a visualização de cada participante (principalmente quando cedida a palavra), permitindo o êxito dos debates. Essa situação é recorrente, inclusive, nos eventos de grandes proporções.

3.6. É cediço que o Conselho da Justiça Federal já adquiriu licenças as quais permitem a participação de até 100 (cem) convidados/alunos. No entanto, diante do universo de magistrados e servidores atendidos pelo Centro de Estudos Judiciários, e considerando a realização das ações na modalidade telepresencial também como forma de mitigar as dificuldades impostas pelo contingenciamento de despesas, o tempo de afastamento do local de trabalho, a distância das unidades da Justiça Federal dispersas no Território Nacional, imperioso que as ações realizadas no formato virtual alcancem o maior número possível de interessados.

3.7. Dessas razões decorre a demanda para a contratação, por este Centro de Estudos Judiciários, de 5 (cinco) licenças profissionais da solução de videoconferência Zoom *meeting* e 01 (uma) licença Reunião Grande para até 500 (quinhentos) participantes, com garantia de 12 (doze) meses, com suporte técnico remoto.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. A especificação abaixo visa oferecer a descrição completa e adequada das características e quantitativos do objeto:

Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.
1	Licença ZOOM <i>meeting</i> Profissional para até 100 participantes	Licença	05
2	Licença ZOOM <i>meeting</i> Reunião Grande para até 500 participantes (Add on) da licença profissional	Licença	01

4.2. A indicação da ferramenta de conferência/reuniões por videoconferência Zoom Profissional, decorre dos testes e análises realizados pela equipe do CEJ das ferramentas de mercado, conforme registrado no artefato Análise de Viabilidade.

4.3. O CJF já faz uso de uma solução de colaboração virtual denominada Microsoft Teams, porém a mesma apresenta limitação na exibição de participantes na mesma sala de vídeo, motivo pelo qual não atende aos requisitos para realização dos eventos, workshops e

jornadas.

4.4. A solução Zoom demonstrou a capacidade de 500 usuários/alunos na mesma sala de videoconferência, situação prevista para a realização das videoaulas das ações educativas do CEJ, tais como as plenárias das Jornadas de Direito.

4.5. A licença Professional da ferramenta deverá permitir as seguintes funcionalidades, requisitos para a contratação:

4.5.1 Voz e Vídeo HD;

4.5.2 Duração da reunião em grupo deve ser superior a 12 horas;

4.5.3 Personalização do ambiente e da URL (ex: logo do CJF);

4.5.4 Utilizar o domínio de endereço de e-mail do CJF para adicionar usuários automaticamente;

4.5.5 Painel de instrumentos do administrador/anfitrião para cadastramento de usuários, com controles de reunião avançados, como habilitar e desativar gravação, criptografia, chat e notificações;

4.5.6 Extração de relatórios gerenciais (número de reuniões, número de participantes, tempo de reunião, etc);

4.5.7 Suporte técnico remoto durante a vigência contratual;

4.5.8 Possibilidade de gravação;

4.5.9 Transmissão ao vivo para público ilimitado no Facebook Live e YouTube;

4.5.10 Reuniões ilimitadas;

4.5.11 Permitir comunicação em áudio e vídeo entre TODOS os participantes na sala principal;

4.5.12 Permitir configurar o modo de ingresso do dispositivo de áudio e vídeo dos participantes na reunião (ligado ou desligado);

4.5.13 Permitir criação/agendamento de reuniões com acesso restrito, disponibilizado por senhas de acesso ou aprovação no momento de entrada, permitindo a participação na reunião apenas a pessoas autorizadas;

4.5.14 Permitir extração de informações operacionais e gerenciais, através de funcionalidade própria da aplicação de administração, obtenção de relatórios de uso com informações tais como: o número de reuniões ocorridas ou em curso, datas, participantes, número de minutos de reunião, dentre outras;

4.5.15 Permitir layout de visualização dos participantes no estilo “galeria”, possibilitando a visualização de pelo menos 45 (vinte e cinco) “rostos” simultaneamente, lado a lado, na mesma proporção, gerando identificação visual em destaque (highlight) àquele que está falando no momento;

4.5.16 A licença de Reunião Grande é uma extensão da Licença ZOOM *meeting* Professional, que deverá permitir até 500 participantes, com recurso de áudio e vídeo.

5. METODOLOGIA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

5.1. É de grande relevância que a solução em análise tenha capacidade de prover o serviço de videoconferência, com a quantidade de licenças suficientes, de modo a permitir que o Centro de Estudos Judiciários realize seus eventos (workshops, jornadas, etc) de forma compatível aos eventos presenciais, com a participação dos Senhores Ministros, Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, Conselheiros da TNU, Magistrados, representantes do Ministério Público, advogados e serventuários envolvidos.

5.2. Desta forma, justifica a necessidade de 5 (cinco) licenças profissionais da solução de videoconferência Zoom *meeting* e 01 (uma) licença Reunião Grande para até 500 (quinhentos) participantes, com garantia de 12 (doze) meses, com suporte técnico remoto, para a criação de salas virtuais simultâneas para o Conselho.

6. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Classifica-se o bem a ser fornecido como comum, conforme Acórdão 2.471/2008-TCU-Plenário, assim definida a forma de seleção do fornecedor como LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

6.2. A adjudicação será realizada por MENOR PREÇO GLOBAL (itens 1 e 2), uma vez que o item 2 da especificação do objeto depende do item 1, pois é uma expansão de uma das licenças do item 1.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os softwares deverão ser fornecidos em sua versão mais atualizada.

7.2. Os serviços de garantia técnica com suporte remoto e atualização de versão deverão ser realizados pela contratada e pelo fabricante do software e estar disponíveis durante todo o período de vigência definido no instrumento contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deverá disponibilizar as licenças no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato.

8.2. Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados pela Contratada durante 7 (sete) dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sendo que o mesmo deverá ser prestado pelo fabricante da solução.

8.3. O serviço de garantia técnica com suporte remoto e atualização do software deverá ser executado pela CONTRATADA durante o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de aceitação pelo CONTRATANTE, ou seja, emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.4. O CONTRATANTE realizará a abertura de chamados técnicos de suporte com a Contratada e com o fabricante por e-mail ou via Internet através de chamados, em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Receber os produtos, testá-los e aprová-los quando atenderem plenamente às especificações técnicas.

9.2. Recusar, com as devidas justificativas, o produto entregue fora das especificações técnicas ou que tenha sido reprovado após testes na fase de recebimento.

9.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em contrato.

9.4. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer deficiências encontradas nos produtos.

9.5. Determinar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

9.6. Fiscalizar toda a execução do objeto, inclusive durante o período de garantia.

10. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:

10.1.1 definitivamente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, da disponibilização das licenças, desde que satisfeitas as condições e especificações do objeto.

10.2. A Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário reserva-se o direito de rejeitar, integralmente ou em parte, os serviços que não atendam aos quantitativos ou às especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o fornecedor a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou a substituição dos itens não aceitos, no prazo de 5 dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11. VIGÊNCIA

11.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12. SANÇÕES

12.1. Além das sanções previstas no edital e no contrato, a(s) CONTRATADA(s) estará sujeita à penalidade detalhada abaixo:

12.1.1 Multa de mora no percentual correspondente a 1% (um por cento), calculada sobre o valor total da contratação, **por dia de atraso na entrega das licenças**, além do prazo definido na EXECUÇÃO DO OBJETO, até o limite de 10 (dez) dias corridos. Após este prazo será considerado inexecução total do contrato.

12.1.2 A inexecução parcial ou total deste instrumento, por parte da CONTRATADA, poderá ensejar a aplicação de multa compensatória, no percentual de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida.

12.2. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei n. 8.666/1993.

13. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado de forma única mediante a apresentação de notas fiscais emitidas em moeda corrente nacional, correspondente aos produtos adquiridos com as respectivas licenças, para uso durante o período de 12 meses e após a emissão do documento de aceite final pelo gestor/fiscal do contrato.

13.2. A nota fiscal emitida pela Contratada deverá ser atestada pelo Gestor do Contrato em até 3 (três) dias, contados da apresentação da nota fiscal, e encaminhada à área financeira, que efetuará o pagamento no prazo de cinco dias úteis, contados após envio do atesto juntamente com a apresentação da nota fiscal. O pagamento será único (anual).

14. FISCALIZAÇÃO

14.1. O(a) titular da Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário será responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica da execução do ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.

15. ESTIMATIVA

15.1. O valor da despesa foi estimado com base em pesquisa de preços diretamente ao fabricante resultando no valor estimado de R\$ 11.335,80 conforme documento SEI n. 0003242-26.2020.4.90.8000.

Equipe de Planejamento da Contratação:

- I. Integrante requisitante: MARIA AMÉLIA MAZZOLA, da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários;
- II. Integrante técnico: ANDRÉ RICARDO LAPETINA CHIARATTO, da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- III. Integrante administrativo: CÉLIA REGINA CESAR SILVA, da Secretaria de Administração;



Autenticado eletronicamente por **André Ricardo Lapetina Chiaratto, Subsecretário(a) - Subsecretaria de Governança de Tecnologia da Informação**, em 01/10/2020, às 13:55, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Maria Amélia Mazzola, Diretor(a) - Divisão de Programas Educacionais**, em 01/10/2020, às 15:59, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Célia Regina César Silva, Técnica Judiciária**, em 02/10/2020, às 08:32, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0156066** e o código CRC **7523272A**.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO CJF N. 0__/20__

PROCESSO SEI N. 0003242-26.2020.4.90.8000

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DADOS DA EMPRESA

CONTRATADA: (indicar)

CNPJ/MF: (indicar)

ENDEREÇO: (indicar)

TELEFONE: (indicar)

E-MAIL: (indicar)

SIGNATÁRIO EMPRESA: (indicar)- Representante Legal

SIGNATÁRIO CJF: MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS – Secretário-Geral

MINUTA

DADOS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: aquisição de 5 (cinco) subscrições da solução de videoconferência *ZOOM meeting Professional*, para até 100 (cem) participantes, e de 1 (uma) extensão *ZOOM meeting Reunião Grande*, para até 500 (quinhentos) participantes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019; Resolução n. 279/2013-CJF; e, em conformidade com as informações constante do Processo SEI n. 0003242-26.2020.4.90.8000.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo

UNIDADE FISCALIZADORA: SUGOV



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO CJF N. 0__/20__

que entre si celebram o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a (**inserir nome da CONTRATADA**), para aquisição de 5 (cinco) subscrições da solução de videoconferência *ZOOM meeting Professional*, para até 100 (cem) participantes, e de 1 (uma) extensão *ZOOM meeting Reunião Grande*, para até 500 (quinhentos) participantes.

O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF, órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário-Geral, o Exmo. Juiz Federal **MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**, brasileiro, CPF/MF n. 446.173.212-68, Carteira de Identidade n. 10100393 - SSP/AM, residente em Brasília - DF, e a

(**NOME DA EMPRESA**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 00.000.000/0000-00, estabelecida na (endereço), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (sua) (cargo/função), o (a) senhor (a) (**nome SIGNATÁRIO**), brasileiro (a), CPF/MF n. 0000 e Carteira de Identidade n. 0000 - SSP/__, residente em (domicílio),

celebram o presente contrato, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019; na Resolução n. 279/2013-CJF; e, em conformidade com as informações constante do Processo SEI n. 0003242-26.2020.4.90.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato consiste na aquisição de 5 (cinco) subscrições da solução de videoconferência *ZOOM meeting Professional*, para até 100 (cem) participantes, e de 1 (uma) extensão *ZOOM meeting Reunião Grande*, para até 500 (quinhentos) participantes, para atendimento das necessidades do Conselho da Justiça Federal – CJF.

1.2 As especificações constantes do termo de referência e da proposta comercial da **CONTRATADA** fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição. No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 Da especificação do objeto

2.1.1 A especificação abaixo visa a oferecer a descrição completa e adequada das características e quantitativos do objeto:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.
1	Subscrição <i>ZOOM meeting Professional</i> para até 100 participantes	Licença	05
2	Extensão <i>ZOOM meeting Reunião Grande</i> para até 500 participantes (Add on) da licença <i>Professional</i>	Licença	01

2.1.2 A subscrição *ZOOM meeting Professional* da ferramenta deverá permitir as seguintes funcionalidades:

- a) voz e vídeo HD;
- b) duração da reunião em grupo deve ser superior a 12 (doze) horas;
- c) personalização do ambiente e da URL (ex: logo do CJF);
- d) utilizar o domínio de endereço de e-mail do CJF para adicionar usuários automaticamente;
- e) painel de instrumentos do administrador/anfitrião para cadastramento de usuários, com controles de reunião avançados, como habilitar e desativar gravação, criptografia, chat e notificações;
- f) extração de relatórios gerenciais (número de reuniões, número de participantes, tempo de reunião etc.);
- g) suporte técnico remoto durante a vigência contratual;
- h) possibilidade de gravação;
- i) transmissão ao vivo para público ilimitado no Facebook Live e YouTube;
- j) reuniões ilimitadas;
- k) permitir comunicação em áudio e vídeo entre todos os participantes na sala principal;
- l) permitir configurar o modo de ingresso do dispositivo de áudio e vídeo dos participantes na reunião (ligado ou desligado);
- m) permitir criação/agendamento de reuniões com acesso restrito, disponibilizado por senhas de acesso ou aprovação no momento de entrada, permitindo a participação na reunião apenas a pessoas autorizadas;
- n) permitir extração de informações operacionais e gerenciais, através de funcionalidade própria da aplicação de administração, obtenção de relatórios de uso com informações tais como: o número de reuniões ocorridas ou em curso, datas, participantes, número de minutos de reunião, dentre outras;
- o) permitir layout de visualização dos participantes no estilo “galeria”, possibilitando a visualização de pelo menos 45 (vinte e cinco) “rostos” simultaneamente, lado a lado, na mesma proporção, gerando identificação visual em destaque (*highlight*) àquele que está falando no momento.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

2.1.3 A *ZOOM meeting de Reunião Grande* é uma extensão da licença *ZOOM meeting Professional*, que deverá permitir até 500 (quinhentos) participantes, com recurso de áudio e vídeo.

2.2 Da execução do objeto

2.2.1 Os *softwares* deverão ser fornecidos em sua versão mais atualizada.

2.2.2 Os serviços de suporte técnico e atualização de versão deverão ser realizados pela CONTRATADA e pelo fabricante do *software* e estar disponíveis durante todo o período de vigência definido no instrumento contratual.

2.2.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar as licenças no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.

2.2.4 Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados pela CONTRATADA durante 7 (sete) dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sendo que o mesmo deverá ser prestado pelo fabricante da solução.

2.2.5 Os serviços de suporte técnico e atualização de versão deverão ser executados pela CONTRATADA durante o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da aceitação pelo CONTRATANTE, ou seja, da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.2.6 O CONTRATANTE realizará a abertura de chamados técnicos de suporte com a CONTRATADA e com o fabricante, por e-mail ou via Internet através de chamados, em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

3.1 O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto nos arts. 73 a 76 da Lei n. 8.666/1993, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na seguinte forma: definitivamente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, da disponibilização das licenças, desde que satisfeitas as condições e especificações do objeto.

3.2 A Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário reserva-se o direito de rejeitar, integralmente ou em parte, os serviços que não atendam aos quantitativos ou às especificações técnicas do objeto contratado, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou a substituição dos itens não aceitos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.3 Caso o CONTRATANTE constate que o objeto foi executado em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada.

3.4 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto contratado, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

4.1 O CONTRATANTE designará, na forma da Lei n. 8.666/1993, art. 67, um servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.1.1 O servidor designado atuará orientando, fiscalizando e intervindo no interesse do CONTRATANTE, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais.

4.2 O(a) titular da Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário será responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica da execução do ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.

4.3 O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por preposto designado.

4.4 A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Além das obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

- a)** atender às requisições de fornecimento e/ou às ordens de serviço do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;
- b)** responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c)** não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d)** responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e)** apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- f)** comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g)** indicar formalmente preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato;
- h)** manter todas as condições de habilitação e qualificação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) designar servidor para atuar como gestor do contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- e) atestar as notas fiscais e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f) comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto;
- g) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;
- h) receber os produtos, testá-los e aprová-los quando atenderem plenamente às especificações técnicas;
- i) recusar, com as devidas justificativas, o produto entregue fora das especificações técnicas ou que tenha sido reprovado após testes na fase de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

8.1 O valor total contratado fica estimado em **R\$ 00,00 (extenso)**, conforme especificado a seguir:

Item	Especificação do objeto	Unidade	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
------	-------------------------	---------	--------	----------------------	-------------------



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

1	Subscrição <i>ZOOM meeting Professional</i> para até 100 participantes	Licença	05		
2	Extensão <i>ZOOM meeting Reunião Grande</i> para até 500 participantes (Add on) da licença <i>Professional</i>	Licença	01		
Valor total da contratação					R\$

8.2 Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irrevogáveis.

8.3 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observada as limitações constantes na Lei n. 8.666/1993, art. 65, §1º.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta dos recursos consignados, inclusive os suplementados, ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho Resumido - PTRES: AI – 168364, Natureza da Despesa - ND: 33.90.40.06, Nota de Empenho: ().

MINUTA

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica.

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo, correspondentes aos produtos adquiridos com as respectivas licenças, para uso durante o período de 12 (doze) meses, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, e encaminhadas ao gestor do contrato pelos e-mails : xx@cjf.jus.br e xx@cjf.jus.br .

10.2.1 No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

10.3 O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até 3 (três) dias, contados da apresentação da nota fiscal, que será encaminhada à área financeira para pagamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do atesto.

10.4 Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

10.5 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

10.5.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

10.6 O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

10.6.1 A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

10.7 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

11.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

11.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

11.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de atraso na entrega das licenças, além do prazo definido na execução do objeto (subitem 2.2.3), até o limite de 10 (dez) dias corridos. Após esse prazo será considerado inexecução total do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

12.2 Pela inexecução total ou parcial o CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) suspensão temporária;
- d) declaração de inidoneidade.

12.3 A não manutenção das condições de habilitação da empresa, ao longo da execução do contrato, poderá ensejar a sua rescisão unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ainda, a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

12.4 A reabilitação, para a penalidade prevista na alínea “d” do item 12.2, será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de suspensão temporária, se aplicada.

12.5 A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com outras penalidades previstas no contrato ou nos dispositivos legais.

12.6 A inexecução total ou parcial do ajuste poderá acarretar a sua rescisão, conforme previsto neste contrato e nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.

12.7 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com a respectiva comunicação da penalidade à CONTRATADA.

12.7.1 A critério da autoridade competente do CONTRATANTE, com fundamento nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas, mediante comprovação dos fatos e, desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da CONTRATADA.

12.8 Em caso de aplicação de multa, o valor poderá ser descontado da garantia prestada, se houver, dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU ou cobrado judicialmente, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

12.9 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE

12.10 O CONTRATANTE promoverá o registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 Este contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

13.2 Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processo de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução do objeto não seja afetada e que a sucessora mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993, art.61, parágrafo único, o contrato será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

16.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 8.666/1993, bem como dos princípios de direito público.

16.3 É defeso à CONTRATADA utilizar-se deste contrato para caucionar qualquer dívida ou títulos por ela emitidos, seja qual for a natureza.

16.4 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

16.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelos e-mails: (inserir e-mail gestor, substituto e da unidade).

16.5.1 Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

SIGNATÁRIO CONTRATADA

MINUTA